

NOTÍCIAS AFRICANAS 40

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL. 6 A 12 DE DEZEMBRO DE 1993

ANGOLA

Governo precisa ser flexível e Unita, coerente

A exortação acima é de autoria de um dos embaixadores do trio mediador (Estados Unidos, Rússia e Portugal) que acompanha as negociações entre o governo angolano e os rebeldes da Unita, em Lusaca. Iniciadas em 15 de novembro, chegou-se a pensar que as negociações iriam desembocar, já na primeira semana de dezembro, na formalização do cessar-fogo e num acordo político global.

Embora ainda se espere que o cessar-fogo seja declarado em 20 de dezembro (as grandes ações militares já estão paralisadas na prática), as negociações emperraram em vários pontos. Como estão sendo feitas no maior sigilo possível, fica difícil saber exatamente o que já é matéria de consenso e o que continua em desacordo.

Segundo matéria publicada no *Correio da Semana*, de Luanda (28.11), e o noticiário mais recente de outras publicações, temos provisoriamente o seguinte quadro sinóptico, de acordo com os principais pontos em discussão:

EXÉRCITO - *Posição do governo:* os efetivos da Unita devem ser deslocados para fora das localidades que ocupam e acantonados. Os seus chefes militares devem ocupar, de imediato, os seus postos nas Forças Armadas Angolanas. *Posição da Unita:* os seus efetivos devem ser colocados em quartéis e sua reintegração só deverá ocorrer no quadro de um acordo político global.

MANDATO DA ONU - *Posição do governo:* o número de "capacetes azuis" deve ser entre oito e dez mil e inspecionará as várias fases de desmilitarização da Unita. *Posição da Unita:* o número de "capacetes azuis" não pode ser inferior a 18 mil, que deverão controlar a movimentação, desarmamento e desmobilização dos

dois exércitos.

DESARMAMENTO E DESMOBILIZAÇÃO - *Posição do governo:* o material bélico deve ser posto sob a custódia da ONU e a desmobilização dos excedentes só deverá ser feita na medida em que estes se beneficiem de programas de reinserção social.

POLÍCIA - *Posição do governo:* deve ter organização central e âmbito nacional, podendo ser desmobilizadas unidades especiais (como a de antimotim). *Posição da Unita:* devem ter âmbito provincial e controlada pelos governadores de província, além de completamente reformulada.

RECONCILIAÇÃO NACIONAL - *Posição do governo:* elementos da Unita poderão ser integrados ao governo central e este aplicará o programa do MPLA, vencedor das eleições de 1992. A Unita poderá nomear governadores em províncias onde tenha maior penetração; as competências desses governos serão estabelecidas por lei do Conselho de Ministros. *Posição da Unita:* o governo deverá ser de unidade nacional, válido pelo menos até as eleições de 1996; haverá descentralização do poder e a Unita nomeará os governadores de sete províncias (entre as 18) que diz ocupar atualmente. Destas, deve ser excluído o Cuanza Norte, mas incluída Benguela. Esses governadores teriam o controle dos respectivos orçamentos e das polícias provinciais, a criar. Quanto aos ministérios, a Unita reivindica o da Defesa ou Interior, o das Relações Exteriores ou Informação, o das Finanças ou Planeamento.

Algumas dessas discrepâncias poderão eventualmente ter desaparecido no decor-

rer destes últimos dias de conversações. O governo de Luanda se estriba na legitimidade reconhecida pelas resoluções do Conselho de Segurança da ONU e na pressão norte-americana no sentido da partilha do poder com a Unita num governo de unidade nacional. A Unita teme pela aplicação da segunda parte das sanções da ONU, que foram provisoriamente suspensas. Elas certamente incluiriam o congelamento das contas da Unita em bancos estrangeiros e o fechamento de suas representações no exterior, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa. Ao mesmo tempo, a Unita justifica as suas exigências, invocando "a nova situação militar no terreno". Ou seja: a Unita promete obedecer às resoluções da ONU e sair das áreas ocupadas só que, na hora de assinar esse compromisso, ela não é coerente, adicionando novas exigências. O governo adverte que os rebeldes mais uma vez não cumprirão o acordo, caso lhes seja concedido um momento de "transição".

No entanto, embora o governo se apresente como flexível, ele não está, por enquanto, aceitando uma dinâmica de fases intermediárias que pautariam os processos de cessar-fogo, retirada, desmobilização etc. Em sua defesa, o governo aponta também para o alto grau de exigências, no âmbito dos governos central e provinciais, feitas pela Unita. Dessa forma, ela desconsideraria todo o ganho democrático obtido com os resultados eleitorais. Seria como se não tivesse havido eleições e o acordo devesse ser feito somente para estancar mais um episódio de guerra civil, a mais cruenta do mundo de hoje e que desembocou num impasse militar.

José Maria Nunes Pereira

Moçambique em perigo 3

Desigualdade profunda nas forças não acantonadas 3

A revolta dos utentes dos 'chapa 100' 4-5

Partido Nacional favorito no Cabo 7

Declarações de Aristides gelam Cabo Verde 8

Aristides Pereira desmente e o 'Expresso' confirma 9

Angola avança a passo de caracol 10

Maratona em Lusaca 11

Vítimas de uma guerra que não acaba 11

Nos copos com o inimigo 12

'Não somos separatistas' 14

Dhlakama afirma que poderá perder o controlo da Renamo

Moçambique em perigo

Jorge Heitor

O feroz líder da Renamo voltou a levantar o espectro de o seu movimento regressar ao mato, de armas na mão, pois não lhe dão dinheiro suficiente para a sua transformação num partido político que se possa implantar nas cidades e lidar com a Frelimo de igual para igual. A paz em Moçambique está em perigo.

Afonso Macacho Dhlakama disse à Voz da América — em entrevista ontem reproduzida pelo "Notícias" de Maputo — que poderá acabar por perder o controlo da Renamo, pois que a comunidade internacional não lhe entre-

ga as verbas suficientes para transformar aquele movimento num partido político, que se sinta à vontade em todo o território de Moçambique.

Na repetição de queixas que os seus quadros têm feito de não serem devidamente subsidiados pelos países a que se dirigem, Dhlakama comentou que o não cumprimento de promessas que haviam sido feitas no ano passado à Renamo (designadamente pela Itália) "é extremamente perigoso para a democracia". Ou seja, que acarreta consigo a possibilidade de um regresso aos tempos anteriores ao Acordo Geral de Paz que há 13 meses foi assinado em Roma.

No fim de Novembro as forças do Governo moçambicano e da oposição armada deverão finalmente começar a ser acantonadas, para que depois se desnobilizem todas aquelas que não vierem a fazer parte do Exército unificado. Mas Dhlakama tem medo dessa fase: "A Renamo fica com o vazio. É preciso que seja ajudada, para que a disciplina dos militares e dos políticos continue até às eleições."

As Nações Unidas tinham anunciado um fundo de 10 milhões de dólares (cerca de 1,75 milhões de contos) para financiar a transformação da guerrilha moçambicana em partido político,

mas grande parte dessa verba ainda não foi entregue pelos países que a tal se haviam comprometido, entre os quais a Itália. E, segundo colaboradores de Afonso Dhlakama, mesmo o dinheiro que tem aparecido é mais para o funcionamento das diversas comissões previstas no Acordo Geral de Paz do que propriamente para o desenvolvimento das actividades partidárias.

"A Renamo anda de mãos a abanar e não sabe como é que há de organizar as eleições", que estão agora marcadas para Outubro de 1994, afirmou o líder do partido, que quase em vão tem ido bater a muitas portas, como os países escandinavos, a Finlândia e a Holanda.

Ele está, ao fim e ao cabo, a reflectir o receio que já muitos observadores têm manifestado: será que uma poderosa máquina de guerra, que em 15 anos aboliu o regime instalado pela Frelimo e ajudou a destroçar as infra-estruturas do país, se consegue transformar em 24 meses num partido político em moldes tradicionais, pronto para a vida parlamentar? O próprio Dhlakama o confessou agora à Voz da América, com a maior das canduras: "A Renamo no mato não tinha problemas, porque atacava, capturava material de guerra do adversário e podia viver 1500 anos,

mas, agora, como força política, é impossível que sobreviva sem que tenha meios."

O principal partido da oposição ao Presidente Joaquim Chissano e à Frelimo controla a maior parte das zonas rurais de Moçambique e tem uma certa implantação nas cidades, em particular nas do centro do país, mas receia não conseguir estruturar-se de forma adequada e fazer face em pé de igualdade aos meios nitidamente maiores de que dispõe o regime vigente.

Ou seja, a Renamo julga-se com um potencial de simpatia para atrair pelo menos um terço da população moçambicana, mas teme que a inexistência de uma máquina partidária devidamente oleada a impeça de concretizar nas urnas esse capital. Pois sabe que a Frelimo tem em muitos casos acesso aos meios do Estado, não lhe sendo difícil fazer passar a sua mensagem na televisão, na rádio e nos jornais, bem como editar a propaganda eleitoral que bem entender.

Quanto ao Governo, diz recear que a Renamo esteja a bloquear o processo de transição para a plena vivência democrática por entender que não tem hipóteses de ganhar as eleições do próximo ano, que serão tanto presidenciais como legislativas. ■

Desigualdade profunda nas forças não acantonadas

PÚBLICO, 24 11 93

CERCA de 40 mil efectivos do exército governamental não reconhecerão às áreas de acantonamento, anunciou ontem, em Maputo, um funcionário da ONU em Moçambique (Onumoz), Ton Pardoel.

O elevado número de militares governamentais que ficarão nas chamadas "áreas não acantonadas" — estados-maiores, hospitais, bases aéreas e outras estruturas que não podem ser acantonadas — contrasta com o milhar de efectivos da Renamo que permanecerá na base central da organização, em Maringué, província de Sofala.

O início do acantonamento está previsto para o próximo dia 30, devendo prolongar-se por dois meses, antes de se iniciar a desmobilização dos efectivos ou a sua inclusão no novo exército único.

Segundo aquele responsável

pela unidade técnica da ONU que organiza a logística das áreas de acantonamento, as Forças Armadas Moçambicanas (FAM) têm neste momento cerca de cem mil efectivos, de acordo com as indicações fornecidas pelo próprio Governo.

Pardoel, que ontem forneceu estas informações à agência Lusa, acrescentou que o Governo moçambicano já entregou uma lista de 61.638 efectivos que serão concentrados nas 29 áreas de acantonamento previstas para as FAM.

O executivo entregou também uma lista de 14 mil efectivos que ficarão nas áreas não acantonadas, mas a informação sobre o número de militares não acantonados ainda não está completa.

A Renamo, por seu lado, declarou que tem 21 mil efectivos, mil dos quais não serão acantonados. Mas, destes últimos, a organização de Afonso Dhlakama só

indicou até ao momento 317.

Segundo Pardoel, enquanto o Governo, na maioria dos casos, indicou como áreas de acantonamento os seus quartéis, a Renamo não escolheu qualquer das suas bases no mato. A organização explica que as suas áreas de acantonamento correspondem ao centro de uma zona em que tem espalhadas várias pequenas

bases.

Até agora foram aprovadas pela Comissão de Cessar-fogo 36 áreas de acantonamento, 26 do Governo e dez da Renamo, do total de 49 que funcionarão. Três destas — Salamanga, Dunda e Savane — constituem problemas: o Governo afirma que foram ocupadas pelos ex-guerrilheiros depois do cessar-fogo. ■

"CAPACETES AZUIS" À ESPERA — Perto de uma centena de "capacetes azuis" portugueses destacados em Moçambique aguardam embarque de regresso a Lisboa. Estes militares, do Regimento de Transmissões do Exército, já excederam os seis meses que tinham sido estipulados para a missão e aguardam agora que a Organização das Nações Unidas, a quem cabe custear a operação de rendição, contrate o afretamento de um avião de transporte. Cerca de 180 elementos do Batalhão aceitaram prorrogar a duração do destacamento.

PÚBLICO, 23 11 93

Aumento de preços provoca distúrbios na capital de Moçambique

A revolta dos utentes dos "chapa 100"

*José Pinto de Sá
em Maputo*

Os residentes de Maputo revoltaram-se ontem contra um aumento de 100 por cento nos preços dos transportes públicos, vulgarmente designados por "chapa 100". Aos gritos de "Chissano, o povo está cansado!", grupos de moçambicanos destruíram automóveis e saquearam lojas. Fala-se em "muitos feridos". O líder da Renamo distancia-se dos protestos, mas considera-os uma "mensagem ao Governo".

Automóveis destruídos, lojas saqueadas e muitos feridos foi o balanço de graves distúrbios ocorridos em Maputo, durante a manhã de ontem, em protesto contra o aumento de 100 por cento nas tarifas dos transportes públicos urbanos.

O aumento foi declarado unilateralmente, na terça-feira, pelos transportadores privados, designados por "chapa 100", que asseguram a quase totalidade dos transportes públicos na capital moçambicana e arredores. A subida das tarifas seguiu-se a um agravamento do preço dos combustíveis, da ordem dos 30 por cento, anunciado no dia anterior pelo primeiro-ministro Mário Machungo.

Surpreendidos pelo súbito disparo das tarifas, os utentes começaram na terça-feira à noi-

te a organizar, nos bairros suburbanos, uma resposta aos transportadores. Na madrugada de ontem, as rotas praticadas pelos transportes públicos tinham sido interrompidas por barricadas e valas e grupos de manifestantes, espalhados por toda a cidade e subúrbios, impediam a circulação dos "chapa 100".

Ao longo da manhã, e na ausência de forças policiais no terreno, a situação foi-se degradando e por quase toda a cidade grupos de jovens e crianças apedrejaram automóveis e estabelecimentos comerciais sem qualquer ligação com os transportadores colectivos.

Por outro lado, um grupo de manifestantes, entoando canções, tentou aproximar-se dos locais da Presidência da República, mas foi dispersado pelas autoridades. No resto da cidade, contudo, a polícia manteve-se extremamente discreta, evitando cuidadosamente qualquer confronto directo.

"Mensagem ao Governo"

Até meio da manhã, o comandante da Polícia de Maputo, superintendente Fernando Saete, declarava aguardar informações mais precisas para tomar decisões e, quando finalmente as forças da lei começaram a afluir aos pontos onde a agitação estava mais ao rubro, o primeiro-ministro Machungo assegurou que tal se destinava apenas a "impedir actos de vandalismo e assegurar a legalidade".

O chefe do Governo, cuja presença foi reclamada em vão pelos manifestantes, anunciou pela rádio que as autoridades estavam a "averiguar as verdadeiras origens da agitação". Sem adiantar nomes, Mário Machun-

go afirmou porém: "Há muita provocação no meio disto."

O líder da Renamo, Afonso Dhlakama, garantiu que o seu movimento "não tem nada a ver" com os distúrbios, embora os tivesse classificado de "mensagem dirigida ao Governo" pela população, face aos "salários de miséria" e à carestia de vida.

Testemunhas oculares afirmaram ter visto bandeiras da Renamo empunhadas por alguns grupos de manifestantes. Uma fonte ligada a um organismo de assessoria ao processo eleitoral relatou a presença de um grupo de crianças que provocava desmandos ao longo da Avenida Eduardo Mondlane, uma das principais artérias da urbe, e entoava "Chissano, o povo está cansado".

Ao fim da manhã, uma presença mais acentuada de forças policiais e a chuva que começou a cair terão contribuído para dispersar os numerosos grupos autónomos que protagonizavam cenas de violência, aqui e ali, por quase toda a cidade, com excepção dos bairros da Polana e Sommerschild, habitados maioritariamente por estrangeiros e pela burguesia moçambicana.

As primeiras horas da tarde, a calma voltara por completo, não havia sinais de manifestantes nem de polícia e a cidade encontrava-se privada de transportes públicos. Contentores do lixo derrubados, automóveis destruídos e outros destroços juncavam ainda as principais rotas de transportes urbanos, ao longo das avenidas e nas vias de saída da capital.

O aumento das tarifas de 500 para mil meticais acarretaria aos utentes uma despesa mensal de 44 mil meticais, num momento em que o salário mí-

nimo oficial se situa em 70 mil meticais (cerca de dois mil e duzentos escudos).

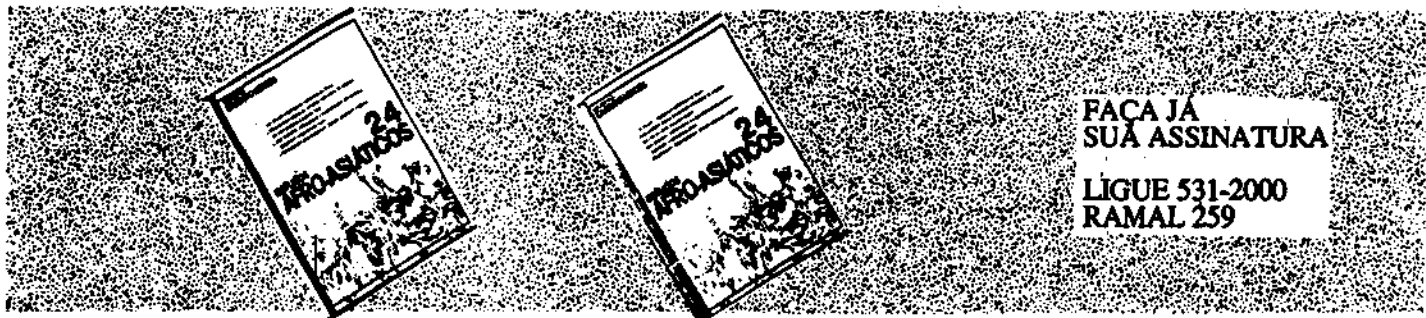
Apanhados de surpresa

"Não houve aviso prévio para o aumento do preço dos combustíveis", comentou um motorista de "chapa" em conversa com um repórter da publicação "Mediafax". "Os carros são privados, cada um manda em si. Quando sai de casa, não sabia que o preço tinha aumentado, mas, logo de manhã, os outros motoristas davam-se sinal, juntando as duas mãos em sinal de dez. Foi espontâneo. Eu também aumentei. Mais tarde, o meu patrão também ficou surpreendido quando veio a saber."

O aumento dos combustíveis — 60 por cento para o gasóleo e 35 por cento para a gasolina — foi anunciado pela imprensa, na segunda-feira, para surpresa geral. As pessoas chegavam às bombas e deparavam com os novos preços.

Na segunda-feira à noite, os motoristas e passageiros habituais de "chapas" começaram a espalhar a notícia de que os transportes tinham aumentado para mil meticais. Na terça-feira de manhã, o novo preço generalizou-se à maioria dos "chapas". Os veículos velhos e sem licença que normalmente fazem a rota Xipamani-Praça dos Combatentes continuaram a cobrar 500 meticais, mas também planeiam aumentar o preço.

Segundo cálculos da "Mediafax", uma grande maioria de utentes "vai passar a gastar com os transportes cerca de 60 contos por mês e alguns chegarão a despendar 100 contos, devido às ligações". ■



FAÇA JÁ
SUÁ ASSINATURA

LIGUE 531-2000
RAMAL 259

A revolta dos 'chapa 500'

A CAPITAL moçambicana viveu na quarta-feira um dos momentos mais violentos dos últimos 19 anos, que fizeram recordar os tumultos de 7 de Setembro de 1974. O levantamento foi provocado pelo mau-estar que se faz sentir junto da população ao longo do tempo, fruto dos constantes aumentos do custo de vida e dos salários baixíssimos.

«Vencimento na pereço i mahalha, kambe vencimento anga kull, sua khafa» (o vencimento e o preço são gémeos, mas o vencimento não cresce e reclama), foi assim que na quinta-feira de manhã, a Rádio Moçambique abriu o seu programa mais popular — «Onda Matinal».

Reunido de emergência, o Governo moçambicano avisou que «não tolerará quaisquer actos que perturbem a ordem pública» e fez uma advertência velada contra um «dirigente partidário» que «incita à violência», aparentemente dirigida contra o líder da Renamo, Afonso Dhlakama,

que apelou ao povo para que não ataque particulares e suas propriedades, concentrando os seus protestos contra alvos governamentais.

Afonso Dhlakama negou qualquer envolvimento da Renamo nos motins de Maputo mas interpretou-os como uma «mensagem» ao Governo «porque o povo já não aguenta mais». «Se eles me acusarem directamente pela responsabilidade deste levantamento, estarão a provocarnos e poderei lançar um apelo à greve geral. Isto (o país) vai voar se eles brincarem comigo. Então o povo está a sofrer, eles passeiam nos seus Mercedes Benz e julgam que o povo continua nas trevas? A Renamo trouxe a democracia, o povo já vê tudo e reage», declarou Dhlakama ao EXPRESSO.

O detonador da revolta

A duplicação dos preços dos transportes colectivos privados

(antes chamados «chapa 500» cujo preço passou para 1000 meticais), na sequência do aumento de cerca de 80 por cento sobre o preço dos carburantes decretado pelo Governo, no dia anterior, foi o detonador da revolta popular, rapidamente aproveitada por marginais para agredir e pilhar indiscriminadamente lojas e residências. Os distúrbios de quarta-feira saldaram-se oficialmente em um morto, 55 feridos, 22 detidos e avultados danos materiais, mas fontes não oficiais multiplicaram por dois o número de vítimas.

A explosão de violência agrudou aos extremistas de todos os cantos, que ainda acreditam na repressão para calar qualquer opositor. Logo após a eclosão das manifestações foram rapidamente despachados para diversos pontos da cidade efectivos da polícia, forças militares e para-militares, uniformizados e semi-fardados e indivíduos à paisana empunhando armas «Ak-47» para destruir as barricadas levantadas

pelos amotinados.

Um grupo de «capacetes azuis» zambianos armados, integrados na Onuzoz (Operação das Nações Unidas em Moçambique) foi visto a ajudar elementos das Forças de Defesa e Segurança de Moçambique a desobstruir as ruas.

A polícia retomou rapidamente o controlo da situação — excepto nos bairros periféricos, mas na quinta-feira muitos trabalhadores preferiram ficar em casa a ter de percorrer dezenas de quilómetros para chegar aos seus locais de trabalho. Naquele dia, os «chapas» interprovinciais partiram da capital sem incidentes mas os transportes urbanos não circularam.

Cenas de grande violência tiveram lugar em Maputo durante as manifestações. Grupos de agentes da polícia anti-motim, enfurecidos, carregaram indiscriminadamente sobre manifestantes e curiosos. No bairro Luís Cabral, à saída de Maputo, o EXPRESSO viu um grupo de agentes fardados espancaram brutalmente uma criança de 12 anos, que empunhava um cartaz com inscrições favoráveis à Renamo e a Afonso Dhlakama.

«Acantonar os carros»

O Governo considerou «injustificada» a duplicação das tarifas dos «chapas», mas os proprietários destes meios de transporte privados, indispensáveis para uma cidade de dois milhões de habitantes sem transportes públicos eficientes ameaçam «acantonar os carros» se o Governo mantiver o aumento dos combustíveis e obrigá-los a aplicar a velha tabela (500 meticais — 17 escudos).

«A posição do Governo é uma palhaçada», disse um proprietário, à saída de uma reunião convocada na quarta-feira à tarde em Maputo pela Direcção dos Transportes da Cidade. «O Governo já procedeu a dois aumentos aos combustíveis e só neste terceiro é que acompanhámos o incremento, duplicando o preço da tarifa, para além de o Metical — moeda local — em mais de 80 por cento», acrescentou o mesmo empresário.

Paz podre em Maputo

PÚBLICO, 26 11 93

A CALMA regressou à cidade de Maputo, mas a situação permanece tensa. Os distúrbios de quarta-feira podem ter sido apenas a primeira vaga de uma vasta maré de protestos contra a política social do Governo.

Embora subsistissem ainda focos de violência em certas zonas suburbanas e nas duas principais vias de saída (estrada da Namaacha e Nacional n. 1), a situação na «cidade de cimento» tinha ontem voltado à normalidade. No entanto, a capital moçambicana continuava privada de transportes rodoviários, por não ter sido alcançado acordo entre os transportadores privados e as autoridades.

Segundo os transportadores, o aumento de 100 por cento nas tarifas não é excessivo, tratando-se do primeiro em seis meses, durante os quais o metical se desvalorizou em mais de 60 por cento e o preço do gasóleo subiu de 930 para 1.700 meticais por litro (cerca de 55 escudos).

Esta posição tem o apoio da totalidade dos partidos da oposição, para os quais foi o aumento dos combustíveis anunciado dia 22 que impôs a subida das tarifas aplicada na terça-feira e, consequentemente, os violentos protestos que eclodiram na manhã de 24.

Para o governo, contudo, o aumento das tarifas é «exagerado» e «não pode ter a sua justificação na recente revisão do preço do gasóleo». Num comunicado, deplorando os actos de vandalismo ocorridos, o Conselho de Ministros condenou também «aqueles que incitam à violência, em particular quando tais incitamentos provenham de dirigente de partido político». Tratava-se de uma clara resposta a Afonso Dhlakama, que horas antes, em plenos tumultos, lamentara a destruição de propriedade privada pelos manifestantes, sugerindo que deveriam «olhar para os carros do governo, do Estado, e não dos particulares».

Dhlakama reagiu a acusações de envolvimento da Renamo nos distúrbios, cuja responsabilidade atribuiu à «política da Frelimo».

Entretanto, um comunicado dos Sindicatos Livres e Independentes, congregando cerca de 90 mil trabalhadores, exigiu ao governo a «anulação imediata» dos novos preços dos combustíveis e recomendou que quaisquer aumentos «sejam equilibrados ao nível mínimo de sobrevivência» dos trabalhadores. Aqueles três sindicatos, dissidentes da central controlada pela Frelimo, anunciaram a futura convocação de uma greve, mas declinaram precisar datas.

Um apelo à «observância de boicote a toda a actividade laboral» durante o dia de hoje foi formulado pela Frente de Acção Patriótica, de base estudantil, como forma de impor ao Governo uma «verdadeira concertação social».

José Pinto de Sá, em Maputo

Continuidade do português em Moçambique

PÚBLICO, 27 11 93

O GOVERNO moçambicano faz questão de reafirmar a sua fidelidade à língua portuguesa como idioma oficial e nega qualquer intenção de a substituir futuramente pelo inglês. Foi ontem repetido num seminário sobre a realidade do português em Moçambique, a decorrer em Maputo, intitulado "Cenários da Língua Portuguesa — A vitalidade do idioma". O seminário foi organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros e conta com a participação de escritoras, jornalistas e académicos de vários países.

A posição governamental foi reiterada pelo secretário-

geral do Ministério da Cultura e Juventude, Salomão Manhica, revelando a grande preocupação demonstrada pelo executivo moçambicano em distanciar-se de quaisquer alegadas intenções de substituir o português pelo inglês. A polémica à volta deste assunto, que vem suscitando vivos debates, teve início com um artigo no PÚBLICO, a 19 de Julho 1993, intitulado "Um adeus português?" — em que se afirma que a língua portuguesa perde força, havendo quem pense no inglês como língua oficial —, alvo de aceras críticas de altos responsáveis do ministério da Cultura, incluindo o secretário-

geral. Na sequência do debate, o ministro da Cultura e Juventude, Mateus Kathupa, convocou o embaixador de Portugal, Lopes da Costa, para lhe comunicar as melhores intenções de fidelidade do seu Governo à língua portuguesa como idioma oficial de comunicação em Moçambique.

O simpósio, que terminou anteontem, teve como moderador o escritor Mía Couto e reuniu convidados estrangeiros e destacados intelectuais moçambicanos como o ex-ministro Luis Bernardo Honwana e o poeta José Craveirinha. A presença portuguesa no evento centra-se

no painel "O Português no Contexto Mundial", realizado na quarta-feira, que contou com a intervenção da linguista Maria Cecília Lopes da Costa, embaixatriz de Portugal em Maputo, e do escritor e jornalista Fernando Dacosta.

Os temas abordados durante o simpósio incluíram o papel do português na formação histórica de Moçambique, as relações entre a língua portuguesa e as "línguas nacionais" e as influências que têm sofrido em resultado do contacto com os idiomas bantu.

José Pinto de Sá,
em Maputo

Dhlakama por terras da Frelimo

PÚBLICO, 29 11 93

O LÍDER da Renamo, Afonso Dhlakama, anda em campanha por terras da Frelimo, no Sul de Moçambique, tendo viajado hoje da província de Gaza para a de Inhambane, com o objectivo aparente de demonstrar que não é só no centro do país que consegue reunir apoios.

Durante a sua estada no Xai-Xai, capital de Gaza, foram praticamente impossíveis as comunicações telefónicas entre aquela cidade e Maputo, a capital moçambicana, pelo que os homens da Renamo chegaram a falar de um boicote governamental para que a visita não tivesse a devida cobertura na comunicação social.

No sábado ao princípio da



Afonso Dhlakama

noite, jornalistas da Rádio Moçambique e do jornal "Domingo" chegaram a recorrer a uma

linha especial do Xai-Xai para a delegação da Renamo em Portugal, a fim de que a partir daqui o seu material fosse retransmitido para Maputo...

A província de Gaza, por onde Dhlakama iniciou um longo périplo que lhe permitirá aquilatar do verdadeiro apoio que tem fora das suas áreas tradicionais de actuação, é a zona de onde são naturais alguns dos dirigentes antigos e actuais da Frelimo, como os presidentes Samora Machel e Joaquim Chissano.

Na sua "mensagem ao povo de Gaza", o chefe da guerrilha agora transformada num partido político considerou que haverá "perseguições profissionais e económicas, da Frelimo e do aparelho de Es-

tado", aos cidadãos que optaram ou vierem a optar pela Renamo.

Anteriormente, ainda na capital, Afonso Dhlakama pediu muita calma à população, depois dos distúrbios contra o aumento do preço dos transportes, e dissera que os verdadeiros sentimentos dos moçambicanos se deverão expressar nas urnas, durante as presidenciais e as legislativas previstas para o mês de Outubro do próximo ano.

Frelimo e Renamo são os partidos favoritos, podendo repartir entre si mais de dois terços do eleitorado, mas para além deles há uma série de outros, como a Fumo, de Domingos Arouca, e o Monamo, de Máximo Dias.

Continuação da pág. 5

A revolta dos 'chapa 500'

Um economista de Maputo atribuiu os motivos à «trágica política fiscal do Governo conjugada com uma excessiva rigidez na implementação de uma doutrina que inibe o crescimento económico real e empurra os agentes económicos para os 'esquemas' do mercado negro».

O primeiro-ministro Mário Machungo foi o primeiro a «dar a cara» logo nas primeiras horas da revolta, declarando que o Governo ignorava os motivos do levantamento popular.

«O Governo está a lavar as mãos e está-se nas tintas. Mas está a sacrificar a testa do Machungo», comentou um estudante do Instituto Superior de Relações Internacionais de Maputo.

Um comunicado do Conselho de Ministros, emitido na noite do mesmo dia já não se

referia ao desconhecimento alegado pelo chefe do Governo e tentava explicar a razão do aumento do preço dos combustíveis, rastilho da deflagração da fúria popular.

Ameaça de greve geral

A maioria dos partidos políticos da oposição tomou posição contra os aumentos dos preços dos combustíveis. «É um roubo público autêntico. O Governo está a escravizar de mais e sem nenhuma piedade o povo», disse o presidente do Partido Democrático de Moçambique (Pademo), um partido liderado por um antigo guerrilheiro da Frelimo e ex-funcionário superior do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Para o Partido da Convenção Nacional (PCN), com maior implantação entre jovens in-

telectuais, «o Governo cavou a sua própria sepultura». A Frente Unida de Moçambique (Fumo) de Domingos Arouca, virtual candidato às presidenciais que aparece em terceiro lugar nas sondagens após Chissano e Dhlakama manifestou-se «indignada com a irresponsabilidade e intransigência» do Governo.

Pelo menos três sindicatos independentes ameaçam convocar uma greve geral à escala nacional se o Governo mantiver os aumentos dos preços dos combustíveis recentemente decretados.

«Independentemente dos argumentos dos envolvidos neste pingue-pongue, a verdade manda dizer que num país em que o salário mínimo é de 70 mil meticals (2335 escudos) e o salário médio ronda os 150-200 mil meticals (5000-

6000 escudos), os recentes aumentos representam para muitas famílias — cinco membros no mínimo e oito em média em Moçambique — uma despesa incontrolável que leva mais de metade do seu soldo mensal», observou um perito em contas por nós contactado.

O representante do Banco Mundial em Maputo entende, pelo contrário, que o incremento dos preços dos combustíveis decretado pelo Governo «é justo», dado que «a taxa de inflação em Moçambique ainda é bastante elevada», e encorajou o Governo a prosseguir com as «reformas» económicas no país.

Reinaldo Chilengue
correspondente
em MAPUTO

Geografia política da nova África do Sul

PÚBLICO, 26 11 93

Partido Nacional favorito no Cabo

Jorge Heitor

Nem tudo são espinhos para o Partido Nacional, dado que a acreditar no mapa da "Newsweek" que acima reproduzimos ele poderá conseguir o governo regional do Cabo Ocidental. Mas no conjunto do país o ANC e os seus aliados comunistas continuam a ser largamente favoritos, totalizando quase 60 por cento do eleitorado.

Uma constante nas diversas sondagens que têm sido efectuadas durante os últimos meses que o Partido Nacional, de Frederik de Klerk, não vai conseguir pela certa mais de 25 por cento dos votos nas eleições sul-africanas de 27 de Abril de 1994. Mas a revista norte-americana "Newsweek" dá-lhe um prémio de consolação, ao admitir que a força desde 1948 no poder em Pretória consiga dominar o governo do Cabo Ocidental, uma das nove regiões em que o país fica dividido, segundo a Constituição interina agora aprovada.

Admite-se mesmo que o Partido Nacional tenha dificuldade em ir acima dos 13 por cento, conforme se escreveu no PÚBLICO em 8 deste mês; e sabe-se que o ANC, com os seus aliados do Partido Comunista, poderá ficar com cerca de 60 por cento do voto nacional e com a maioria em cinco ou seis das nove regiões, que terão governos próprios, dotados de alguma autonomia.

Na altura em que decorre a última sessão do Parlamento vedado a negros, os observadores vão procurando perceber como é que será politicamente a África do Sul após Abril de 94, a grande data da viragem. Um país com um Governo de Unidade Nacional dominado pelo Congresso Nacional Africano (ANC), de Nelson Mandela, e com uma certa tensão entre esse executivo e os governos regionais eventualmente controlados por outras forças. Para já não falar nos demais factores de atrito que existem no enorme país e que não tornam nada fácil a administração pós-apartheid.

Um vencedor antecipado

O que hoje ressaltamos é a

Noroeste

Os conservadores brancos e negros, designadamente os do Bophuthatswana, poderão ajudar a Aliança da Liberdade.

Cabo Setentrional

Corrida entre o ANC e o Partido Nacional, num território essencialmente povoado.

Cabo Ocidental

Região de maioria mestiça e única onde o ANC tem poucas possibilidades de vencer.

Cabo Oriental

Velha fortaleza do ANC. Uma das zonas mais pobres do país.

Orange

Grandes minas de ouro e produção agrícola.

Kwazulu/Natal

Bastião de zulus, indianos e brancos de língua inglesa. Possibilidades para a Aliança da Liberdade.

Transvaal Oriental

Também agrícola. A maior parte dos brancos apoia o Partido Conservador e a Frente Popular Afrikaner.



Transvaal Setentrional

Essencialmente agrícola. A única região que votou contra De Klerk no referendo branco do ano passado

Região PWV

Triângulo Pretória/Witwatersrand/Vaal. Centro económico e político do país.

Fonte: Newsweek

pluralidade de contextos que se desdobram entre a costa do Atlântico e a do Índico, indo de um Noroeste onde o Bophuthatswana teima em não se querer integrar a um Kwazulu/Natal onde Mangosuthu Buthelezi procura dotar-se dos mais vastos poderes. E de um Cabo Ocidental mestiço aberto à governação do Partido Nacional aos Transvaais setentrional e oriental, onde os brancos que há são bastante conservadores e susceptíveis de conflito aberto com a maioria negra.

O ANC é o vencedor antecipado das eleições de Abril, mas fará decerto diferença saber se fica apenas por uns 55 por cento ou se vai mesmo acima dos 60, tal como diferente será se o Partido Nacional se quedar pelos 13 ou se for até aos 25 por cento. Pois só na ausência de um grande desequilíbrio entre as duas forças será mais viável uma cooperação franca, sem um perigo tão grande de confrontação entre os brancos saudosistas do apartheid (que se têm distanciado do Presidente De Klerk) e uma força fortemente majoritária que desprezasse as minorias.

Mais de 20 milhões de sul-africanos vão poder inacreditar-se nos cadernos eleitorais, admitindo-se que 14 ou 15 milhões se dirijam efectivamente às urnas, para escolher os 400 deputados da nova Assembleia Nacional. E desses votos depende o futuro equilíbrio do país, como porventura de toda a África Austral; dado admitir-se que Angola e Moçambique não estabilizem enquanto não se verificar como é que vai funcionar o novo sistema sul-africano.

Com base numa série de estudos que têm sido feitos desde há dois meses, podemos lançarmos no exercício futuroológico de acreditar que 58 por cento ou mais dos votos vão ser para o ANC e para os seus aliados, 13 a 25 por cento para o Partido Nacional, oito a 10 por cento para o Inkatha, de Buthelezi, 2,5 a 10 para o Congresso Pan-Africano (PAC) e para a Organização Popular da Azânia, duas formações de extrema-esquerda, uns 2,5 para o Partido Democrático, do liberal Zach de Beer, e uns 3,5 para a extrema-direita branca, que forma com o Inkatha a Aliança da Liberdade.

Todos os grupos que conseguem pelo menos cinco por cento dos votos ficam com direito a representação no Governo de Unidade Nacional, que em princípio será válido por cinco anos, se entretanto não surgirem grandes conturbações, que levem a eleições gerais antecipadas.

Para que os próximos tem-

pos sejam relativamente suaves, as Forças Armadas, a polícia e o funcionalismo público não deverão sofrer de imediato grandes alterações; e um ou outro ministro serão até os mesmos, como o correspondente da "Newsweek" em Joanesburgo admite que possa acontecer com o titular das Finanças, Derek Keys.

Ainda ontem Mandela reafirmou que não haverá nenhum estado especificamente só para brancos, como desejaria a extrema direita que se divide entre o partido Conservador e a Frente Popular Afrikaner; mas que o ANC pretende ter em conta a inquietação e os medos dos brancos, para que os mesmos tenham um papel vital na reconstrução do país, que é rico em ouro, diamantes e platina.

"Um Governo de Unidade Nacional não pode adoptar uma política radical", tranquilizou o homem que no próximo ano deverá ser eleito Presidente da República.

DE KLERK RECEBE GUTERRES — António Guterres foi ontem recebido em audiência pelo Presidente da África do Sul, na Cidade do Cabo. Guterres integra uma delegação da Internacional Socialista que visita a África do Sul desde domingo. Neste encontro do secretário-geral do PS com Frederik de Klerk participou Pierre Mauroy, presidente da Internacional Socialista. PÚBLICO, 24 11 93

INKATHA DESFILA COM NEONAZIS — Pela primeira vez, os extremistas brancos do Movimento de Resistência Afrikaner (AWB, neonazi) e os conservadores negros do Inkatha, essencialmente zulus, uniram ontem as suas forças para desfilar em Vereeniging, cidade industrial 70 quilómetros ao sul de Joanesburgo. À frente, a cavalo, ia o líder do AWB, Eugène Terre'Blanche, seguido por 300 dos seus correligionários e por 200 partidários de Mangosuthu Buthelezi, que chegaram a empunhar a bandeira dos primeiros, com uma espécie de suástica. No fim, Terre'Blanche e os dirigentes locais do Inkatha assinaram um pacto de não-agressão, prometendo que se apoiariam mutuamente em caso de serem agredidos pelo ANC ou pelos comunistas. PÚBLICO, 28 11 93

Declarações de Aristides gelam Cabo Verde

EXPRESSO, 27.11.93

«A INDEPENDÊNCIA é indiscutível», disse ao EXPRESSO o primeiro-ministro de Cabo Verde. Para Carlos Veiga, «todos os indicadores — materiais, culturais e de expressão da identidade de Cabo Verde — mostram que a independência foi uma coisa muito positiva». O chefe do Governo da Praia recusou-se, contudo, a comentar as declarações do ex-Presidente da República, Aristides Pereira, publicadas na última edição do EXPRESSO, e que caíram como uma bomba em Cabo Verde, segundo as quais a autonomia poderia ter sido a solução mais consentânea com «a aspiração do povo».

Carlos Veiga frisou que o Governo a que preside «não se vai pronunciar» sobre a polémica aberta com as surpreendentes declarações do ex-chefe de Estado. Aliás, o silêncio foi, até ao momento, o único comentário do Presi-

dente da República, Mascarenhas Monteiro, bem como do presidente da Assembleia Nacional, Amílcar Spencer Lopes.

Aristides Pereira reagiu prontamente à reportagem do EXPRESSO, multiplicando-se em desmentidos e fazendo uma profissão de fé nas virtudes da independência do arquipélago. Em seu auxílio pronunciaram-se diversas personalidades do anterior regime. Foi o caso, por exemplo, do velho companheiro de luta e antigo presidente da Assembleia Nacional Popular.

Abílio Duarte relacionou a reportagem do EXPRESSO com uma «corrente em Portugal que nunca se conformou com as nossas independências e que está interessada em reabrir o debate». Apoiando os desmentidos do ex-Presidente intervieram, igualmente, João Pereira Silva, ex-ministro do Desenvolvimento Rural, e

Aristides Lima, o actual secretário-geral do PAICV.

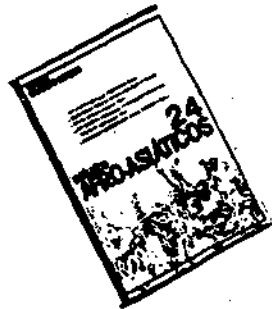
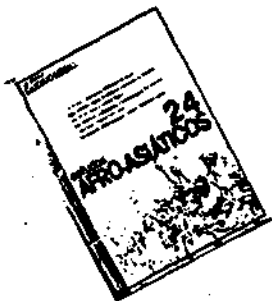
Luis Cabral fala de traição

Entretanto, foram várias as vozes que se fizeram ouvir pondo em causa os desmentidos do ex-Presidente. Foi o caso de José Leitão da Graça, secretário-geral da União do Povo das Ilhas de Cabo Verde — UPICV(R). Para o líder deste partido de extrema-esquerda, Aristides «ficou decepcionado com a independência, porque a unidade Guiné-Cabo Verde fracassou».

Particularmente cáustico foi Luís Cabral, meio irmão de Amílcar Cabral. O ex-Presidente da Guiné-Bissau (deposto pelo golpe de Nino Vieira, em 1980) não perdeu a oportunidade para criticar o seu velho companheiro de armas e de partido: «A história nunca anda para trás, venha donde vier a traição», enfatizou Luís Cabral (ver pág. 9).

ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE

ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE



ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE

FAÇA JÁ
SUÁ ASSINATURA

LIGUE 531-2000
RAMAL 259

Direita sul-africana na hora das decisões

APÓS a aprovação pelo Fórum Multipartidário da Constituição transitória para a África do Sul, a Aliança da Liberdade, que se opôs ao projecto, tem de decidir rapidamente se mantém a ameaça de boicotar as eleições multirraciais.

A Aliança, integrada pelo Partido Conservador, a Frente do Povo Afrikaner, o partido zulu Inkatha e os governos dos bantustões do Ciskei e Bophuthatswana, está dividida sobre a questão e poderá sentir-se tentada a concorrer após recentes sondagens terem mostrado que poderia receber mais votos que o Partido Nacional, do Presidente De Klerk, sendo superada apenas pelo ANC.

O Governo sul-africano e o ANC continuam a negociar com a Aliança em busca de um compromisso. O ANC admitiu inclusivamente a hipótese de criação de um Estado autónomo branco no seio da África do Sul, após a realização de um referendo entre a população branca, mas esta não se sente atraída por tal hipótese. Outra sondagem revelou que apenas 28 por cento dos brancos é a favor de um Estado autónomo e cerca de metade dos apoiantes da própria Frente do Povo Afrikaner é contra tal ideia.

Mandela em voga

O LÍDER histórico dos negros sul-africanos na luta contra o «apartheid» vai de vento em popa. A começar pelo próprio, poucos acreditariam, realistischamente, que Nelson Mandela pudesse um dia vir perfilar-se como o mais provável Presidente dos sul-africanos, mas a luta de décadas (entre as quais 28 anos passados no cárcere) está a dar frutos.

Num tempo em que já caíram muitas convenções, o antigo prisioneiro de Robben Island não poderia ser excepção e prepara-se para protagonizar uma situação pouco verosímil há uns anos — quando seria considerada uma autêntica heresia.

Fazendo fé no semanário «Jeune Afrique», Mandela será a atracção do número especial de Dezembro da revista de moda «Vogue».

Segundo as crónicas, o líder do ANC mostrou uma pose elegante e manteve o bom humor durante as sessões de fotografia em estúdio.

EXPRESSO, 27.11.93

«A aspiração do povo de Cabo Verde era a autonomia»

Aristides Pereira desmente...

EXPRESSO, 27.11.93

O EX-PRESIDENTE da República de Cabo Verde desmentiu as declarações prestadas ao EXPRESSO e publicadas na primeira página e n.º «A Revista» da última edição. Nos termos daquelas declarações, Aristides Pereira considerava que «a aspiração do povo de Cabo Verde não era a independência, mas a autonomia».

Durante a semana, Aristides Pereira multiplicou-se em desmentidos — junto da agência Lusa, das secções portuguesas das emissoras BBC e RFI, do diário «Público» e de todos os órgãos de informação de Cabo Verde. Contudo, até ao fecho desta edição, o ex-chefe de Estado caboverdiano não fez chegar ao EXPRESSO nenhum esclarecimento ou desmentido.

Os comentários feitos por Aristides Pereira são, naturalmente, muito semelhantes. Em todos eles, reafirma o seu compromisso com a luta que levou à independência do arquipélago, em Julho de 1975 e nega a autenticidade de pelo menos parte das declarações que lhe são imputadas.

ções que lhe são imputadas.

Ao delegado da agência Lusa em Cabo Verde, Aristides Pereira considera que as suas afirmações «foram colocadas de alguma forma fora do seu contexto histórico». Quando indagado pelo correspondente do «Público» na Cidade da Praia pelas afirmações que lhe foram atribuídas, o ex-secretário-geral do PAIGC e do PAICV observou: «Ou não estaria no pleno gozo das minhas faculdades mentais ou então seria um sinal de incoerência da minha parte. (...) Seria a minha autodes-truição.»

Em entrevista concedida aos serviços de língua portuguesa da BBC, Aristides Pereira considera que «apenas razões sensacionalistas poderiam ter levado» o autor da reportagem «a descontextualizar aspectos de uma longa conversa», que, adianta, não assumiu a forma de pergunta-resposta. Semelhante foi a entrevista dada à secção de língua portu-

guesa da RFI, na qual acusa o jornalista de ter feito «confusão» com as suas declarações, que, por outro lado, teriam sido prestadas no âmbito de «uma conversa informal».

Mais veementes e categóricas foram os desmentidos aos órgãos de informação de Cabo Verde. No bissemanário «Novo Jornal», por exemplo, o ex-Presidente defendeu-se: «Trata-se de algo irracional, de absurdo», na medida em que seria «trair o programa maior do meu partido (...), seria traír os nossos mortos, toda a gente que se sacrificou nessa luta e, também, em certa medida, quase um suicídio político». E mais à frente: «Admitir que eu diga uma coisa dessas, eu penso que é uma enormidade.» Numa entrevista à Rádio Nacional de Cabo Verde, tenta desvalorizar a entrevista ao EXPRESSO: «Durante a minha vida pública já me aconteceu, quase milhentas vezes, porrem na minha boca coisas que eu não disse.»

... e o EXPRESSO confirma

A ENTREVISTA com o ex-Presidente de Cabo Verde teve lugar ao princípio da tarde do dia 9 de Novembro, uma terça-feira. Por sua sugestão, encontrámo-nos no bar do Hotel Império, em Torres Vedras — cidade onde Aristides Pereira esteve instalado durante pouco mais de quatro meses. Foi o último dia da sua estada em Portugal — no dia seguinte regressou à cidade da Praia.

Conversámos durante cerca de uma hora e meia, tendo como testemunha o repórter fotográfico do EXPRESSO, Luiz Carvalho. Fui tomando notas no meu caderno — salvo quando Aristides Pereira versou um ou outro tema que considerou mais delicado e sobre os quais me pediu expressamente para nada escrever, porque se tratava de informações ou opiniões que não queria ver publicadas.

Seriam quase 17 horas quando Aristides Pereira comunicou que tinha de tratar de um assunto no escritório da Telecom, à Rua Brigadeiro Neves Costa. Pedimos-lhe autorização para o acompanhar, tanto mais que era uma excelente oportunidade para observar o acolhimento dispensado pelos habitantes de Torres a um ex-Chefe de Estado de um país amigo e de lhe fazer algumas fotografias. Fizemos o percurso (nem sequer uma centena de metros) a pé, lado a lado.

Sem que eu lhe tivesse feito qualquer pergunta — e aí reside, porventura, a única inexactidão, da entrevista

publicada na pág. 68 de «A Revista» do EXPRESSO —, Aristides Pereira afirmou, seguro e pausado, que, «hoje em dia, é minha firme convicção que a aspiração do povo de Cabo Verde não era a independência, mas a autonomia».

Perplexo perante uma tão extraordinária declaração, fiz questão de a memorizar, palavra por palavra. Durante o resto do percurso, atrasei-me até um pouco — à procura da caneta e do caderno —, por forma a não esquecer uma vírgula que fosse daquela inédita e surpreendente afirmação.

Mal Aristides Pereira foi atendido por Isabel Santos, uma das funcionárias de serviço, eu escrevi, por extenso, palavra por palavra, para que não tivesse dúvidas, a frase que acabaria por provocar uma das mais acesas polémicas da história de Cabo Verde independente.

Desde então, fixei-me exclusivamente naquele tema. Deixámos para trás a Telecom e fomos até à Praça 25 de Abril, onde se ergue a estátua alusiva às invasões napoleónicas — e onde Aristides Pereira se recusou a ser fotografado sentado num banco de jardim — «para não parecer que sou um reformado», ironizou.

Dali atravessámos a estrada e ficámos longamente na esquina da Avenida 5 de Outubro com a Rua Santos Bernardes. Durante vários minutos, «bombardeei» literalmente o meu interlocutor com perguntas em torno

da dicotomia autonomia-independência. Foi uma conversa algo sincopada — interrompida pelos protestos do fotógrafo (impaciente, devido ao facto de as minhas perguntas estarem a prejudicar a pose de Aristides Pereira), e até por um imigrante guineense, de nome Luís Baldé, que reconheceu o sucessor de Amílcar Cabral e fez questão de o cumprimentar efusivamente. Recordo-me de que, ao perguntar ao cidadão guineense se tinha intenções de regressar ao seu país, Aristides atalhou: «Quem chega cá fica cá...»

De todas as respostas fui tomando notas: a razão de ser da proposta autonómica de Spínola; a «falha nos nossos conhecimentos» relativos à história e ao homem crioulo; a influência determinante dos movimentos independentistas africanos; o convite de Spínola a Amílcar Cabral para ser secretário-geral da então Província da Guiné... Em momento algum Aristides Pereira colocou reservas à publicação daquelas controversas opiniões.

Aristides nunca fugiu às perguntas. Respondeu sempre com um fio, uma lógica, uma coerência notáveis. Durante a viagem de regresso, eu e o Luiz Carvalho refizemos e comentámos, uma a uma, as surpreendentes declarações do «pai» de Cabo Verde.

Nos dias seguintes, digeri lentamente a reportagem. Na terça-feira,

Continua na pág. 10

Angola avança a passo de caracol

Tony Figueira, em Windhoek,
com Nestor e Lusa

PÚBLICO, 23 11 93

AS NEGOCIAÇÕES de Lusaca para o restabelecimento da paz em Angola estão a andar a passo de caracol e o representante do secretário-geral das Nações Unidas não se mostra nada satisfeito com isso, pois desejava que até ao fim desta semana já houvesse um cessar-fogo formalmente assinado e progresso noutros domínios.

Os delegados do Governo de Luanda e da UNITA reuniram-se ontem de manhã e de tarde com Alioune Blondin Beye e com os diplomatas de Portugal, Estados Unidos e Rússia, que estão a acompanhar o moroso processo.

Diplomatas citados pelas agências noticiosas dizem que

as negociações, à porta fechada, estão a ser sobre quando e em que moldes haverá um cessar-fogo, que terá de ser fiscalizado pela ONU, que para o efeito reforçaria o seu contingente em Angola. Mas os mais cépticos duvidam ainda de que ao longo das quatro próximas semanas seja possível interromper de forma definitiva todas as hostilidades que se têm verificado desde o ano passado.

Entretanto, não caíram muito bem junto da delegação da UNITA em Lusaca as afirmações que o Presidente José Eduardo dos Santos fez quando no fim de semana se deslocou à Namíbia, onde deu claramente a entender que a paz não esta-

ria iminente. E ambas as partes se acusam de se estarem ainda a reforçar militarmente, como se a guerra estivesse para continuar e não para acabar.

O Presidente angolano disse em Windhoek que forças conservadoras da África do Sul continuam a fornecer armas e munições ao partido de Jonas Savimbi, por intermédio de companhias namibianas, que não estariam a respeitar as determinações do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Por seu turno, o Presidente da Namíbia, Sam Nujoma, tem procurado servir de mediano no conflito entre os angolanos, mas ainda não encontrou qualquer predisposição da UNITA pe-

ra o aceitar como tal. E, enquanto isso, na fronteira entre os dois países fazem-se sentir os efeitos da guerra em Angola, com colocação de minas e incursão de militares.

Windhoek suspendeu os "corredores de paz" criados pelo Programa Alimentar Mundial (PAM), das Nações Unidas, impedindo assim o auxílio de emergência aos civis do Sueste angolano enquanto não se resolver alguma coisa em Lusaca. E com isso talvez tenha cedido um pouco às desconfianças de Luanda, segundo as quais por tais zonas poderia estar a passar apoio para as bases da UNITA na província do Cuando Cubango. ■

Negociações angolanas de Lusaca

PÚBLICO, 24 11 93

Cessar-fogo já tem comissão

AS DISCUSSÕES sobre um cessar-fogo entre o Governo angolano e a UNITA pareciam ontem progredir, em Lusaca, com a designação, por ambas as partes, reunidas à porta fechada, de uma comissão militar mista encarregada de elaborar as suas modalidades, admitiram na capital da

Zâmbia fontes próximas dos negociadores.

As mesmas fontes, citadas pela AFP, precisaram que a reunião, que tinha sido adiada sexta-feira em virtude de desacordos sobre a ordem do dia, designou uma comissão de cessar-fogo, mas nenhuma informação sobre a sua

composição foi fornecida.

As discussões progrediram no sentido do fim da hostilidades depois de as duas partes em conflito terem aceite um compromisso sobre três pontos da ordem do dia que incluem onze questões importantes cuja natureza não foi igualmente explicada.

"Discutiram o problema do cessar-fogo e, até aqui, parece que as duas partes estão satisfeitas com as respostas da outra sobre o problema do conteúdo da ordem do dia. Desejamos apenas que tudo corra bem e que as negociações possam concluir-se antes do fim de semana", disse aquela fonte.

Entrevistado pela TSF, a partir de Lisboa, Jorge Valentim,

membro da delegação da UNITA, declarou que "as negociações estão a desenvolver-se muito bem e conseguiu-se avançar em alguns pontos", manifestando-se esperançado que a "boa vontade das duas partes se imponha".

Diplomatas em Lusaca acreditam que as duas delegações conseguiram aplanar divergências importantes durante uma sessão plenária realizada segunda-feira. O diálogo continua entretanto a ser rodeado pelo maior secretismo, com as missões do Governo e da oposição armada angolanas a reunirem-se separadamente para estudar os pontos mais espinhosos. Ambas as delegações reuniram-se separadamente segunda-feira à tarde para discutir problemas suscitados na última sessão plenária.

Outros diplomatas acreditam que a ronda de Lusaca, iniciada no dia 15, poderá arrastar-se para além do prazo inicialmente previsto devido a questões pontuais levantadas pelas duas delegações.

PÚBLICO, 25 11 93

COMBATES REGRESSAM AO CUÍTO — Tropas governamentais e da UNITA voltaram ontem a envolver-se, no Cuíto, em violentos combates, no momento em que delegações do Governo e da oposição armada procuram, em Lusaca, limar as arestas que impedem a assinatura de um cessar-fogo. Os combates, que não se registavam há dois meses, ocorreram quando avioes governamentais lançaram pára-quadras com alimentos para as forças governamentais que caíram no centro da cidade, em áreas controladas pelas forças da UNITA. As tropas de Jonas Savimbi desconfiaram que os pára-quadras podiam trazer munições e foi na sua luta pela sua posse que os canhões voltaram a troar, desconhecendo-se o número de vítimas, incluindo civis.

Continuação da pág. 9

Aristides Pereira desmente...

... e o EXPRESSO confirma

dia 16, quando estava a ultimar o trabalho, achei que seria aconselhável (ainda que desnecessário) tentar reconfirmar o sentido geral das declarações que me haviam sido feitas oito dias antes em Torres Vedras. Assim, telefonei a meio da tarde para a residência particular de Aristides Pereira, na cidade da Praia. Ao segundo contacto, foi o próprio quem atendeu a chamada. Tivemos uma conversa em que confirmou, em traços gerais, as suas afirmações anteriores. Falou longamente do grupo liderado por Adriano Duarte Silva que, na primeira metade do século, pugnou pela «adjacência» do arquipélago. Criticou o sistema colonial, que classificou de «injusto e opressor». Sublinhou o carácter «pessoal» das suas

opiniões, que só a ele «engajam».

No final da conversa, que se prolongou exactamente por 11 minutos e 40 segundos, e para que não restassem dúvidas, informei-o de que a reportagem seria publicada na próxima edição do EXPRESSO, dia 20 de Novembro. A acabar, fiz-lhe duas perguntas: «Tem consciência de que isto vai provocar uma grande celeuma? Está disposto a aguentar com esta polémica?» A ambas respondeu com uma risada aparentemente franca e sonora.

Para precaver eventuais desmentidos, toda a conversa telefónica com Aristides Pereira foi registada num gravador.

José Pedro Castanheira

A UNITA comprometeu-se, no entanto, a trabalhar para uma solução tão rápida quanto possível. "Temos toda a necessidade de um cessar-fogo. A UNITA continua a manter que houve um problema com as eleições de 1992, mas no interesse da paz, o movimento aceitou os resultados como uma base para um acordo de paz", afirmou, sob anonimato, um responsável da organização ao semanário "Sunday Times".

O Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, afirmou no fim-de-semana em Windhoek, capital da Namíbia, que o desarmamento da UNITA continua a ser um aspecto essencial para a mudança da situação política no país, tendo-se manifestado céptico quanto aos resultados da ronda negociada de Lusaca. ■

Maratona em Lusaka

EXPRESSO, 27.11.93

O GOVERNO angolano e a UNITA continuam a discutir, em Lusaka, as condições do cessar-fogo. Apesar dos sinais de impaciência vindos de Luanda, o representante do secretário-geral da ONU, Alioune Blondin Beye, espera ainda evitar a reedição da «maratona de Abidjan». Há uma semana, conseguiu «in extremis» pôr as duas delegações angolanas de acordo sobre a agenda das negociações, e o mesmo pode acontecer agora, no que respeita às modalidades do cessar-fogo.

«Beye e o representante especial do Presidente Clinton, Paul Hare, já tiveram tempo de se aperceber que negociar com alguns angolanos não é uma tarefa fácil», comentou uma fonte portuguesa que acompanhou todo o processo. A metodologia adoptada nesta ronda de negociações e que obriga cada parte a apresentar as suas propostas e respostas por escrito, oferece maiores garantias mas não exclui os recuos sobre pontos previamente acordados.

Quinta-feira, o embaixador de Angola em Lusaka, Pedro Fernando Mabuza, acusou a

UNITA de recorrer às mesmas manobras dilatórias que na Costa de Marfim e disse que as conversações não tinham registado «nenhum progresso desde a chegada das delegações à capital zambiana», a 15 deste mês. Pelo contrário, a emissora da UNITA, a Vorgan, afirmava, no mesmo dia, que as negociações tinham registado «importantes progressos nas últimas horas» e que o acordo de cessar-fogo seria assinado em Nova Iorque.

Governo nega corrupção

Entretanto, milhares de pessoas continuam a morrer em Angola e o Programa Alimentar Mundial (PAM), agência da ONU encarregada de coordenar a ajuda humanitária de emergência, voltou a alertar a comunidade internacional para a gravidade da situação.

Num relatório apresentado a semana passada no Congresso dos Estados Unidos, perante a Comissão dos Negócios Estrangeiros, Douglas Coutts, porta-voz do PAM, fez um relato dramático da situação no Cufo

onde, «apesar do cessar-fogo técnico em vigor desde o início de Outubro, é grande a tensão, pois as linhas de frente dividem as ruas ao meio. O Governo controla três partes da cidade (aeroporto, centro e bairro de Kunge) sem ligações entre elas. Estas três 'ilhas' estão cercadas por tropas da UNITA, nelas vivem cerca de 85 mil pessoas e a má nutrição é evidente para quem dê uma volta pela cidade».

O hospital da cidade está cheio de feridos e mutilados e sem médicos. Uma equipa enviada de Luanda teve de regressar por falta de segurança.

Segundo o PAM, o Huambo tem estado «tranquilo desde a tomada da cidade pela UNITA em Março, com excepção dos bombardeamentos governamentais, que têm afectado sobretudo os subúrbios da cidade. A população sofre gravemente as consequências da falta de dinheiro e da total paralisa da economia. Faltam o sal e o óleo e a situação sanitária é miserável».

Acerca de eventuais perseguições étnicas em Angola,

Coutts negou que houvesse «grupos étnicos com maior sofrimento que outros. Todos sofrem por igual — e muito».

No que respeita às acusações de corrupção e desvio da ajuda humanitária (formuladas pela UNITA contra o Governo) Coutts lembrou que a maior parte do auxílio humanitário é canalizada através de agências da ONU e de organizações não governamentais (ONG). Disse que foram detectados roubos nos portos e locais de distribuição, mas que as perdas não ultrapassam «8 a 10 por cento».

A situação nas zonas sob controlo da UNITA é muito deficiente porque «estiveram fechadas aos observadores independentes e às ONG até meados de Outubro» e «as zonas rurais dominadas pela UNITA continuam inacessíveis».

Para a ajuda humanitária também, o cessar-fogo é uma necessidade urgente. A paz, quando chegar, chegará tarde demais para muitos angolanos.

Nicole Guardiola

Vítimas de uma guerra que não acaba

PÚBLICO, 27.11.93

APÓS NOVE meses de cerco, pela UNITA, cerco que levou à morte de milhares de pessoas na cidade de Menongue e nos arredores, Maria Fernando e as suas duas filhas conseguiram sobreviver. Mas com bastante dificuldade.

Encontram-se, juntamente com centenas de outras pessoas, num hospital sem camas e com poucos medicamentos. A água para beber provém de um rio barrento. A distância ressoam morteiros e tiros de metralhadoras. Praticamente todos os edifícios da cidade [antiga Serpa Pinto, capital do Cuando Cubango, no sueste de Angola] estão cravejados de balas, e os vidros das janelas quebrados devido aos bombardeamentos.

«Durante quatro meses, comemos apenas folhas de árvore», sussurra a mulher, definhada, apertando contra si a Judite, de dois anos, e a Francisca, de um mês. O médico diz que as crianças, magras como um espeto, sofrem de apatia total — produto da fome.

A cerca de 800 quilómetros, em Luanda, 62 mulheres e crianças amontoam-se na sala de ortopedia de outro hospital. Há sangue nas paredes, e os gritos enchem o ar. A maioria dos pacientes, sem braços ou pernas, são vítimas de minas.

«Andava à procura de comida», diz Uvango M'nganga, que perdeu as pernas ao pisar uma mina. Três dos seus filhos vivem com ela na sala do hospital. Os dois mais velhos andam a mendigar nas ruas para comprar comida e medicamentos para poderem sobreviver e alimentar a família.

No aeroporto de Luanda, António Lucas Pinto, de 10 anos, órfão e esquelético, procura desvairado, com outros rapazes e homens, grãos de arroz que caem dos sacos dos aviões de ajuda humanitária da ONU. Descalço, coberto de sujidade, com a camisola e os calções rotos e atados com um cordel, António explica: «Havia guerra, por isso eu fugi.»

Por toda a imensidão de Angola, os civis são as maiores vítimas dos combates numa das guerras

mais antigas e mais sangrentas da África. Um ano após as eleições, vigiadas pelas Nações Unidas, que trariam supostamente a paz a esta nação há muito afofadora, o país depara-se com o conflito mais mortífero e destruidor da sua História.

Cidades bombardeadas

«Esta guerra tem sido devastadora», diz Philippe Borel, director em Angola do Programa Alimentar Mundial (PAM), das Nações Unidas. «Houve mais estragos só neste último ano do que nos 16 anos de guerra civil. As pontes são dinamitadas, as estradas minadas e as cidades bombardeadas.»

A ONU envia 12 mil toneladas de alimentos por mês para nove cidades que se encontram isoladas, e Borel espera quase duplicar esta carga para chegar a 1,8 milhões de pessoas dentro de alguns meses. É tudo enviado por avião desde que o último

comboio do PAM — composto por dez camiões e 30 pessoas — desapareceu há um ano. Um aparelho da ONU foi abatido, e outros alvejados.

A causa da guerra é simples. O líder da UNITA, Jonas Savimbi, luta contra o MPLA para controlar o país, rico em petróleo e diamantes, desde que esta ex-colónia portuguesa alcançou a independência, em 1975.

Durante os 16 anos que se seguiram, a UNITA recebeu armas e treino dos Estados Unidos e da África do Sul, enquanto o MPLA era apoiado por Cuba e pela União Soviética. Antes de terminar o envolvimento estrangeiro, cerca de 320 mil angolanos morreram no conflito. Com o fim da guerra fria, os dois lados assinaram um acordo de paz, em Maio de 1991, e concordaram no desarmamento antes das eleições democráticas. Mas depois destas, Savimbi falou de fraude e retomou a guerra com força redobrada. ■

Bob Drogin, no Menongue
Exclusivo PÚBLICO/
«Los Angeles Times»

Nos copos, com o inimigo

PÚBLICO, 27 11 93

NO BAR, os homens de fato cinzento que contavam piadas riam espalhafatosamente e bebiam muito e caro: são inimigos na guerra civil de Angola. Os outros hóspedes do Hotel Pamodzi, em Lusaca, observavam escandalizados, enquanto aqueles negociadores, que tentam alcançar um acordo de paz, se sentavam ruidosamente e conversavam sobre um conflito que mata mais de mil pessoas por dia.

Dirigentes do Governo de Angola e do movimento rebelde UNITA, que são inimigos, estavam a passar uma noite maravilhosa depois de um jantar oferecido pelo Presidente da Zâmbia,

Frederick Chiluba.

A maioria preferiu cerveja importada, alguns escolheram vinho estrangeiro, enquanto outros seguravam copos de licores caríssimos. Contaram anedotas e conversaram durante horas sobre o seu país assolado pela guerra, onde 18 anos de combates destruíram a economia e 40 por cento dos angolanos corre o risco de morrer de fome.

"Não posso acreditar nisto! Não posso acreditar!", comentou um diplomata europeu sentado nas proximidades, sorvendo lentamente o seu whisky, mais do que superficialmente interessado no extraordinário grupo que, de

repente, quebrou o elegante silêncio do hotel. "Isto só pode ser um bom augúrio. Afinal, talvez tudo se resolva", salientou.

O homem com a voz mais sonora era Faustino Muteka, o chefe dos negociadores do governo angolano nas conversações de Lusaca. Tentando superá-lo estava Jorge Valentim, secretário da UNITA para a Informação.

"Somos irmãos, somos irmãos", declarou um deles, muito comunicativo. Outros acenaram em sinal de acordo e riram-se ainda mais. Ambos os grupos disseram à Reuter que tinham acabado de jantar na residência estatal de Chiluba. "Foi um bom jantar.

Quebrou o gelo", disse um delegado. "Há tantas pessoas a fazer todos os possíveis para salvar estas conversações. Creio que este é o contributo de Chiluba para o processo de paz."

O diplomata europeu meditou: "Jantar com o inimigo é um pequeno preço a pagar pela paz".

Crê-se que o encontro no Pamodzi — começou depois das 21h, na quarta-feira — foi o primeiro do género entre os beligerantes. Realizou-se sem Alioune Blondin Beye, representante especial da ONU. ■

Francis Mlongwa,
da Reuter, em Lusaca

Notícias polémicas sobre conversações angolanas

PÚBLICO, 28 11 93

Como arrumar Savimbi

Jorge Heitor*

A delegação da UNITA em Portugal considera "pura desinformação" o noticiário da agência Lusa segundo o qual já teria sido decidida em Lusaca a atribuição da vice-presidência de Angola a Jonas Savimbi. Mas é ponto assente que se avançou noutros campos e que nesta

altura as conversações já estão a decorrer num clima mais optimista do que na semana passada.

Existe um acordo de princípio para a atribuição a Jonas Malheiro Savimbi da vice-presidência de Angola, dependendo isso de uma revisão constitucional, noticiou ontem o enviado da agência Lusa a Lusaca. Mas o porta-voz da UNITA em Portugal, Rui

Oliveira, disse-nos que se trata de "pura desinformação" e remeteu-nos para as recentes declarações do seu líder à SIC, no sentido de não estar interessado em tal cargo.

Oliveira reconheceu que se está a avançar em alguns campos, como, aliás, referem as diferentes agências noticiosas, mas, quanto à alegada proposta de uma vice-presidência para Savimbi, opinou que se trata apenas de "uma tentativa do MPLA para se manter no poder", sem que José Eduardo dos Santos tenha de ir a uma segunda volta das presidenciais.

Nos meios políticos de Luanda também tem sido recebida com muito cepticismo a informação de que Jonas Savimbi poderia eventualmente aceitar tal lugar. Diz-se mesmo que semelhante

ideia depara com grande oposição dentro do próprio MPLA, onde se acredita que o actual Presidente ainda tem hipóteses de vencer nas urnas o chefe da UNITA.

Apesar de todo o secretismo que o representante especial da ONU para o caso de Angola, Alioune Blondin Beye, tem imposto ao decorrer das conversações, a Lusa noticiou ontem que já há uma série de acordos de princípio, em grande parte dependentes de uma necessária revisão constitucional.

Partilha dos ministérios

Um dos acordos seria para a atribuição de cinco ministérios à actual oposição armada, bem como de alguns cargos na governação de certas províncias, designadamente aquelas em que a UNITA tem mantido forte presença (como o Bié, o Cuando-Cubango e o Cuanza Norte).

Em definitivo, estaria também aceite, segundo o enviado da Lusa, que não cita fonte, o desmantelamento da policia antimotim, a troca de prisioneiros de guerra e a atribuição aos homens de Savimbi de cargos de gestão e de direcção nos órgãos de comunicação social estatizados, bem como o desarmamento de toda a população civil.

Amanhã, depois de um intervalo no fim-de-semana, as duas partes vão debater a efectivação do cessar-fogo, a desmilitarização, a retirada da UNITA de zonas conquistadas durante o último ano e os locais de acantonamento. Bem como a reintegração

Lusaca regista progresso

PÚBLICO, 27 11 93

AS DELEGAÇÕES do Governo angolano e da UNITA reuniram-se ontem ao pequeno-almoço, em Lusaca, sem a presença do mediano das Nações Unidas. E esse facto, na sucessão do que já acontecera na quarta-feira à noite e é relatado nesta página, foi interpretado pela agência Reuter como uma esperança de progresso nas difíceis conversações que decorrem há 12 dias.

As duas delegações reuniram-se no hotel onde a parte governamental se encontra e debateram alguns aspectos políticos relacionados com o desejável cessar-fogo. Segundo um dos presentes, há a convicção de que será possível chegar a um compromisso.

O facto de representantes de um e outro lado já se reunirem agora a sós, mesmo que não seja de modo formal, já é considerado positivo. E o pequeno almoço de ontem foi depois devidamente relatado ao delegado da ONU, Alioune Blondin Beye, e aos enviados de Portugal, Estados Unidos e Rússia que se encontram na Zâmbia a acompanhar as tentativas de paz em Angola.

Segundo a Reuter, Beye

não fará nenhum comunicado sobre o que se está a passar enquanto todos os assuntos em agenda não estiverem resolvidos, provavelmente no fim da próxima semana. Ou seja, será preciso esperar mais oito dias para se saber se as noitadas e os pequenos almoços conjuntos das duas delegações se traduzem ou não num novo espírito de convivência e de tolerância entre todos os angolanos.

O que se trata agora é de vir a respeitar um cessar-fogo a partir de determinada data, que ainda não está combinada, de verificar o cumprimento do decidido e de chegar concomitantemente a acordo sobre uma série de assuntos políticos, como a eventual entrada no Governo de umas quantas figuras da UNITA. ■

Continua na pág. 15

Grande obstáculo para a paz em Angola

Meio milhão de pessoas em armas

PÚBLICO, 29 11 93

Aguiar dos Santos
em Luanda

Qualquer acordo político para a paz em Angola é inviável sem a completa neutralização do factor militar, e o quadro actual demonstra que um eventual compromisso entre os dois beligerantes só é possível porque nenhum dos exércitos pode impor uma vitória.

Dispondo de pelo menos 50 mil homens armados, a UNITA conta também com um número indeterminado de milícias nas zonas que controla. Em sua posse permanece, intacto, o armamento pesado que já possuía antes dos acordos de Bicesse, incluindo carros de assalto e canhões de longo alcance G-5, de fabrico sul-africano, bem como mísseis Stinger de origem norte-americana. A que se soma um considerável número de efectivos da Brinde, a sua polícia secreta.

Luanda, por outro lado, não parou de se reequipar militarmente nos últimos 12 meses. Além de possuir uma indiscuti-

vel superioridade na Força Aérea e na Marinha, as forças governamentais disporão, no mínimo, de 35 mil soldados, aos quais se juntam, só em Luanda, cerca de 70 mil efectivos da Defesa Civil.

No conjunto das regiões sob seu controlo, esses números podem subir para 150 mil. Só à sua conta, o Ministério do Interior terá à volta de 40 mil polícias e, até hoje, nunca se esclareceu o destino de milhares de efectivos dos aparentemente extintos ministérios da Segurança do Estado, da Organização de Defesa Popular e das Brigadas Populares de Vigilância. Um considerável número destas forças paramilitares e das antigas FAPLA voltou ao activo e, sob a capa de Serviços de Informação e de Segurança (SIS), regressou a omnipresença da polícia secreta.

Não existem estatísticas seguras, mas admite-se que só a guarda presidencial possui equipamentos e homens superiores a muitos exércitos africanos. Assente sobretudo nesta heterogeneidade de forças, o poder do MPLA reforça-se com numerosas empresas de segurança privadas, criadas por antigos oficiais das FAPLA e da Segurança do Estado, empresas que chegam a dispor de impressionantes meios bélicos.

Futuro inimaginável

"Só a segurança pessoal da nomenclatura dos dois lados [MPLA e UNITA] possui armamento que faz inveja a muitos países do Terceiro Mundo", ironiza um diplomata europeu. E um sociólogo angolano diz-nos que não consegue imaginar "como será a convivência futura entre os angolanos, com, pelo menos, meio milhão de pessoas armadas".

Observadores em Luanda receiam que, a exemplo de Bicesse, as Nações Unidas venham a subestimar este potencial de instrumentos de morte. "Quem vai ficar com estas armas todas? Excepto as indispensáveis à operacionalidade do Exército unificado, não seria bom exemplo queimarem-se todas num acto público, para dar tranquilidade aos angolanos?", interroga-se o mesmo diplomata.

São receios que expliquem, em parte, porque vai a UNITA vender cara a perda da sua componente

militar. Savimbi já avisou que não repetirá "as ingenuidades de Bicesse" e, em troca do desarmamento, exigirá até o impossível. Para já, além do desmantelamento da polícia antimotim (os "ninjas"), o movimento do Galo Negro pedirá a reformulação do Ministério do Interior, através do recrutamento de novos efectivos e da entrada de soldados da FALA; vai defender a redefinição do SIS; contabilizar todas as armas na posse da Defesa Civil e pedir garantias sobre a actuação da guarda presidencial.

Mas a divisão do bolo não pára por aqui. Dez dos principais ministérios deverão contar com a presença de dirigentes da UNITA e, nas Forças de Defesa e Segurança, ela não aceitará cargos meramente administrativos, como sucede até agora. "A Segurança e o Exército estão nas mãos do MPLA. Na comunicação social do Estado somos diariamente diabolizados e não temos acesso ao controlo dos dinheiros do Estado", diz um quadro da UNITA em Luanda, sublinhando que "ou muita coisa muda no país ou não haverá acordo nenhum". E acrescenta: "Os americanos e as Nações Unidas às vezes parecem cegos a tudo isso, mas o MPLA pode ter a certeza de que a UNITA não se vai render."

Além de o representante especial da ONU, Alioune Beye, se inclinar para a proposta da UNITA, que pede entre três e seis meses para aquartelar e desarmar as suas tropas — um prazo durante o qual o Governo transformaria em lei todas as mudanças políticas —, Savimbi quer governar pelo menos sete (Huambo, Bié, Cuando-Cubango, Zaire, Benguela, Cuanza Norte e Uíge) das 18 províncias do país. Mas ninguém acredita que o Governo entregue de mão beijada a governação de Benguela ou do Huambo aos homens de Savimbi.

No MPLA não se quer ouvir falar em federalismo — um trunfo que mais tarde ou mais cedo a UNITA colocará na mesa das conversações — e mesmo a possibilidade de atribuir a Savimbi o posto de vice-presidente levará certamente a roturas entre os dirigentes da "grande família". "A admitir esta hipótese, só com todas as garantias de que a UNITA deixa de ser um partido armado e colabora com seriedade na reconstrução do país que está a destruir", disse ao PÚBLICO uma fonte do MPLA.

Continuação da pág. 12

Como arrumar Savimbi

dos oficiais da parte rebelde nas Forças Armadas Angolanas, que se constituíram em vésperas das eleições e que pouco tempo duraram como estrutura unificada.

Outro enviado, Ana Margarida Matos, da TSF, citou uma fonte da UNITA em Lusaca segundo a qual nunca se teria posto a hipótese de Savimbi aceitar a vice-presidência. E o próprio PÚBLICO escreveu no dia 16 deste mês cstar a acreditar que semelhante proposta, partida da parte governamental, tivesse mais êxito do que a antiga ideia de que Luanda ofereceria uma grande quantia para que Savimbi se afastasse da luta e se fosse instalar confortavelmente num país longínquo.

A causa de Cabinda

Entretanto, à margem do que se passa na Zâmbia, sete facções independentistas de Cabinda reuniram-se há nove dias, em Kinshasa, e decidiram criar uma delegação comum para dialogar com o Governo angolano sobre o futuro do território, anunciou em Lisboa o presidente da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda/Renovada, José Tibúrcio Zinga Luemba, citado pela Lusa. Aguarda-se agora a marcação do encontro proposto por Luanda e que poderá ser em Bruxelas.

Por outro lado, em mais um sinal de diálogo, o pessoal da embaixada de Angola em Pretória

anunciou ir este fim-de-semana ao quartel de Pomfret confraternizar com o controverso batalhão 32 das Forças Armadas sul-africanas (mais conhecido por Batalhão Búfalo), que está prestes a ser desmantelado. Trata-se de cortejar os elementos de uma unidade formada essencialmente por cidadãos de origem angolana, que, por alturas da proclamação da independência, estavam com a FNLA de Holden Roberto e que Luanda não deseja agora que vão eventualmente engrossar as fileiras da UNITA, preferindo atraí-los ao seu redil.

Ou seja, há aparentemente uma certa abertura de sectores moderados do MPLA em relação a diversos quadrantes, sejam eles os independentistas de Cabinda, os antigos sequazes de Holden Roberto ou até mesmo uma parte da UNITA. Mas já na hipótese de uma Angola dirigida conjuntamente por José Eduardo dos Santos e por Jonas Malheiro Savimbi é que custa mesmo a acreditar, mesmo que para certos espíritos ela constitua como que uma pequenina luz ao fundo do túnel.

Para além do mais, a revisão constitucional a efectuar nesse sentido obrigaria muito provavelmente, para ter mais valor, a que no Parlamento de Luanda tomassem assento todos os deputados eleitos em Setembro do ano passado, incluindo os da UNITA. ■

* com Aguiar dos Santos, em Luanda

Líder da FLEC fala ao PÚBLICO da causa de Cabinda

“Não somos separatistas”

PÚBLICO, 30 11 93

Jorge Heitor

Um dos dirigentes da luta pela independência de Cabinda recusa o epíteto de separatista e afirma que o território continuaria a desejar ser livre, mesmo que Angola nele aplicasse uma parte das divisas conseguidas com a exploração do petróleo.

José Tibúrcio Zinga Luemba, de 39 anos, presidente da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC-Renovada, desde Maio de 1983, declarou ontem ao PÚBLICO que a sua causa não pode ser considerada separatista, pois “Cabinda já está separada de Angola” e os seus habitantes só por intermédio dos portugueses é que vieram a conhecer os angolanos residentes a sul do rio Zaire.

De passagem por Lisboa, onde divulgou diligências em curso para uma reunião entre diversas facções de Cabinda e o Governo de Luanda, José Tibúrcio Luemba disse-nos que a independência do seu território de 10.000 quilómetros quadrados é uma “causa natural” e que sobre ela deseja a organização de um referendo.

Este mês, em Kinshasa, a FLEC-Renovada e outros grupos que defendem o direito do território à autodeterminação, como os de Eduardo Sozinho e Luís Ranck Franck, que há 30 anos criou a Frente de Libertação do Enclave, concertaram entre si posições e responderam positivamente a um convite do Governo angolano para o diálogo. Mas não estava lá a FLEC-Forças Armadas de Cabinda, de Henrique N'Zita Tiago, que até há pouco tempo era considerada a facção mais operacional, mas que nos últimos meses registou problemas internos.

A população de Cabinda, que oficialmente continua a ser uma das 18 províncias de Angola, é sensivelmente de 250.000 pessoas, das quais 80 por cento são mesmo daí naturais. Mas no exterior, es-

sencialmente no Zaire, vivem mais uns 300.000 cabindas, povo de diversas etnias cuja língua fundamental é o fiote e cuja religião é predominantemente a católica.

Anticomunistas

“O general António de Spínola conhecia bem o problema de Cabinda e a existência de um movimento que reivindicava a independência. Mas depois os comunistas tomaram o poder em Portugal e toda a situação se tornou favorável ao MPLA. Fomos sacrificados no altar dos interesses comunistas”, considerou Luemba.

“O sistema colonial não era o ideal, mas de qualquer forma era preferível ao comunista que depois tivemos, com a presença russo-cubana em Cabinda”, prosseguiu o líder da FLEC-Renovada, segundo o qual já deixou de existir o Conselho Supremo de Coordenação de diferentes facções independentistas há dois anos criado em Lisboa, durante uma conferência unificadora.

Esse é talvez o calcanhar de Aquiles dos homens que dizem querer uma pátria própria naquela guerra tão rica em petróleo e em madeiras: a proliferação dos grupos autonomistas, tantas vezes envolvidos em questões entre si. Mas, apesar disso lá irão agora possivelmente a Bruxelas, alguns deles, dentro em breve, a conversações com Luanda, pois que — na opinião de Luemba — “tudo é possível através do diálogo sincero; tudo se consegue com o tempo”.

Destacamento americano

Quando se lhe colocou o problema de um pequeno país rodeado por grandes vizinhos estar sujeito a pressões e de o Zaire ou o Congo eventualmente virem a cobiçar uma Cabinda desligada de Angola, o entrevistado respondeu com o exemplo da Coreia do Sul: “Cabinda pode ter amigos. Poderia eventualmente contar com milhares de militares norte-americanos, se

houvesse a hipótese de agressão. Mas o que desejamos é a harmonia e a cooperação com outras nações.”

Quanto às razões de queixa sobre a situação actual, observou que apesar de o petróleo de Cabinda ser a principal fonte de divisas do Estado angolano o território está sem infraestruturas: “Não há hospitais, não há estradas, não há escolas. Em 25 anos de exploração a Chevron só construiu uma escola primária”.

Interrogado sobre se a situação não se poderia resolver com uma maior aplicação local das verbas provenientes da exploração do petróleo, José Tibúrcio Luemba respondeu que a causa da independência, com mais de 30 anos, é anterior à descoberta das

grandes jazidas. Pelo que não se limita ao desejo de partilha dos proventos conseguidos com o ouro negro.

Segundo ele, a FLEC-Renovada já teria emitido uns 50.000 “cartões de membro” e possuiria um certo número de guerrilheiros, que não desejou especificar por o considerar um “segredo militar”. Mas mostrou ao PÚBLICO fotografias que alegadamente dizem respeito a acções cometidas a uns escassos 15 quilómetros de Tshowa, que é o nome local que faz questão de dar à cidade de Cabinda, capital do território.

Uma causa independentista que porventura ainda terá de esperar por melhores dias. Como Timor-Leste. Como o Sara Ocidental. ■

CONVERSAÇÕES DE LUSACA AUMENTAM DE RITMO — As delegações do Governo angolano e da UNITA presentes em Lusaca efectuaram ontem uma reunião que não estava programada e avançaram assim nos preparativos de um cessar-fogo cuja assinatura se espera que possa acontecer em vésperas do Natal. Depois de, no sábado à noite, terem festejado em conjunto o aniversário do chefe do Estado-Maior da UNITA, general Arlindo Chenda Pena, “Ben-Ben”, as duas partes estiveram ontem reunidas durante duas horas e prepararam um documento a apresentar ao representante especial das Nações Unidas, Aloume Blondin Beye. Trata-se de dizer o que querem que seja o papel da missão de verificação da ONU (Unavem II) nas etapas conducentes ao fim das hostilidades e após a assinatura do cessar-fogo, que segundo a agência Lusa poderá ocorrer em Nova Iorque no dia 20 de Dezembro. Hoje e nos próximos dias deverá ficar assente um calendário para a retirada dos rebeldes das posições conquistadas desde Novembro do ano passado e para a sua desmilitarização, que ainda poderá demorar alguns meses a concretizar-se. Mas só mais tarde é que o representante do secretário-geral das Nações Unidas virá a público dizer se efectivamente as conversações de Lusaca abriram caminho para a paz e para uma partilha do poder em Angola, conforme desejo expresso por algumas fontes norte-americanas.

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roguinaldo Amarel Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (arte-final); Williams Neto (arte-final); Clóthia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedidos de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and requests for back issues should be payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10/Cônj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel: (021)531-2600/R 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155 - Assinatura anual: Inscrições internacionais: US\$ 250.00; Inscrições nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00 (Dólar comercial). We ask exchange.